

Este número marca o início da nova fase da *Teoria & Pesquisa*. Entre 1992 e 2007, a revista foi a publicação oficial do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Com o desdobramento do programa, em 2007, as suas três áreas de concentração se estruturaram em programas específicos nas áreas de Ciência Política, Antropologia e Sociologia. Após cinco anos de transição (período no qual a revista nunca deixou de ser publicada, divulgando artigos e resenhas nas três áreas das Ciências Sociais), em 2012 a *Teoria & Pesquisa* passa a ser uma publicação exclusiva do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. Com novos projetos gráfico e editorial, um novo subtítulo, um Conselho Editorial renovado, e em parceria com uma editora especializada em periódicos científicos, a *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política* ganha um novo formato e orientação. Seu novo projeto editorial passa a contemplar a publicação de artigos, resenhas e notas de pesquisa nas mais diferentes áreas da Ciência Política. Visando se constituir em mais um canal para a divulgação da produção dos pesquisadores brasileiros junto à comunidade científica internacional, a revista ampliará, de modo progressivo, a quantidade de artigos publicados em inglês; nesse sentido, o periódico atualmente já publica contribuições em português, espanhol e inglês, mantendo o idioma original do texto submetido pelo autor. Com isso, esperamos consolidar a publicação como um importante espaço à disposição da comunidade da Ciência Política nacional.

O primeiro número dessa nova fase, que o leitor tem em mãos, dá mostras da pluralidade de temáticas, abordagens e metodologias que, esperamos, irá marcar a revista. O primeiro artigo, de autoria do presidente da American Sociological Association, Erik Olin Wright, retoma uma temática que foi mais do que clássica ao longo do século vinte. Assentando sua proposta em mecanismos de *empowerment* social, e recorrendo a diversas construções visuais, o autor explora as possibilidades teóricas de construção de modelos alternativos ao capitalismo, como o “socialismo social”. Já o segundo artigo revira os escombros da experiência socialista concreta. Mobilizando as dimensões da poliarquia de Dahl, Dalson Britto Figueiredo Filho, Jose Alexandre Silva Júnior e Enivaldo Carvalho da Rocha avaliam a saúde dos países pós-comunistas, concluindo que inclusividade e liberalização não têm marchado juntas em muitas dessas democracias recentes. Assim como o artigo anterior, o trabalho de Sonia Terron, Andrezza Ribeiro e Joyce Fonseca Lucas utiliza métodos e técnicas de análise espacial para avaliar se existem padrões territoriais na votação dos candidatos eleitos à Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2008. A vitalidade da democracia brasileira, sob a ótica de membros de sua elite política, é a preocupação do trabalho seguinte, de autoria de Riberti Felisbino e Maria Teresa Kerbauy. Partindo da percepção dos deputados estaduais de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, os autores avaliam questões como a estabilidade da democracia e a preferência pelo regime democrático em relação a outros sistemas.

O foco se desloca para a Bolívia no artigo de Gabriel Rocha Guimarães, que avalia a capacidade do partido Movimento ao Socialismo (MAS) em articular as demandas étnicas e regionais de um país multifacetado, preservando a unidade nacional. Em seguida, Marcelo Sevaybricker Moreira debate o lugar da teoria política e do pensamento político e social brasileiro na atual Ciência Política do país, advogando que esta não pode prescindir de incorporar elementos não objetivos, como a cultura política, como componentes da prática política objetiva. Já em uma chave mais institucionalista, o artigo de Diego de Freitas Rodrigues e Andrea Quirino Steiner mobiliza conceitos e modelos teórico-analíticos tanto da Ciência Política como das Relações Internacionais para avaliar o desempenho institucional do regime internacional de mudanças climáticas da Organização das Nações Unidas. Com foco nos debates que envolveram a criação do Juizado Especial Cível, o artigo de Ana Carolina da Matta Chasin contribui para a discussão

sobre a reforma do Judiciário no Brasil, explorando a tensão entre os objetivos de ampliação do acesso à justiça e de alívio da sobrecarga da justiça comum. Por fim, Maurício Ferreira da Silva explora o rendimento analítico do conceito de Estado burocrático-autoritário de O'Donnell para compreender a ditadura militar brasileira, contemplando sobretudo o movimento dos atores nos processos políticos do período e a construção institucional realizada pelos militares e seus seguidores civis. Após os artigos, apresentamos a lista completa de dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, entre 2008 e maio de 2012.

Esperamos que a diversidade de temas, métodos e abordagens teóricas que se verifica neste número seja uma marca da revista. Como ocorre em todo processo do tipo, estamos conscientes de que apenas iniciamos uma longa caminhada, durante a qual teremos que fazer ajustes e correções de rumo, para atingir o estágio de uma publicação madura e consolidada na área. Nesse sentido, as críticas e sugestões construtivas são muito bem vindas.

Desejamos uma boa leitura a todos.

**Fernando Antônio Azevedo**  
**Pedro Floriano Ribeiro**  
**Editores**